

MP-TO

Analista Ministerial Especializado- Ciências Contábeis



Editais verticalizados

Ministério Público do
Estado do Tocantins

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
 - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
 - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfossintática do período.
 - 5.1 Emprego das classes de palavras.
 - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
 - 5.5 Concordância verbal e nominal.
 - 5.6 Regência verbal e nominal.
 - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
 - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
 - 6.1 Significação das palavras.
 - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
 - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
 - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.
- 7 Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República).
 - 7.1 Aspectos gerais da redação oficial.
 - 7.2 Finalidade dos expedientes oficiais.
 - 7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento.
 - 7.4 Adequação do formato do texto ao gênero.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO MPTO

- 1 Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993).
- 2 Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins (Lei Complementar nº 51, de 02/01/2008).
- 3 Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins (Lei nº 1.818, de 23/08/2007).
- 4 Regimento Interno do MPTO.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Estado, governo e administração pública. 1.1 Conceitos.
- 2 Direito administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Objeto. 2.3 Fontes.
- 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa.
- 4 Agentes públicos. 4.1 Legislação pertinente. 4.1.1 Lei nº 8.112/1990. 4.1.2 Disposições constitucionais aplicáveis. 4.2 Disposições doutrinárias. 4.2.1 Conceito. 4.2.2 Espécies. 4.2.3 Cargo, emprego e função pública. 4.2.4 Provimento. 4.2.5 Vacância. 4.2.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.2.7 Remuneração. 4.2.8 Direitos e deveres. 4.2.9 Responsabilidade. 4.2.10 Processo administrativo disciplinar.
- 5 Poderes da administração pública. 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 5.2 Uso e abuso do poder.
- 6 Regime jurídico-administrativo. 6.1 Conceito. 6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.
- 7 Responsabilidade civil do Estado. 7.1 Evolução histórica. 7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.3 Responsabilidade por omissão do Estado. 7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.

- 7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.
- 7.6 Reparação do dano. 7.7 Direito de regresso.
- 8 Serviços públicos. 8.1 Conceito. 8.2 Elementos constitutivos.
- 8.3 Formas de prestação e meios de execução.
- 8.4 Delegação: concessão, permissão e autorização. 8.5 Classificação. 8.6 Princípios.
- 9 Organização administrativa.
 - 9.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.
 - 9.2 Administração direta e indireta.
 - 9.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - 9.4 Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.
- 10 Controle da administração pública.
 - 10.1 Controle exercido pela administração pública.
 - 10.2 Controle judicial. 10.3 Controle legislativo.
 - 10.4 Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992.
- 11 Processo administrativo. 11.1 Lei nº 9.784/1999.
- 12 Licitações e contratos administrativos.
 - 12.1 Legislação pertinente.
 - 12.1.1 Lei nº 14.133/2021.
 - 12.1.2 Disposições normativas relativas ao pregão.
 - 12.1.3 Decreto nº 11.462/2023.
 - 12.1.4 Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas);
Decreto nº 11.531/2023;
Portaria Interministerial nº 424/2016 e suas alterações.
 - 12.2 Fundamentos constitucionais.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
 - 1.1 Princípios fundamentais.
 - 1.2 2 Aplicabilidade das normas constitucionais.

- 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.
- 2.2 Normas programáticas.
- 3 Direitos e garantias fundamentais.
 - 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.
- 4 Organização político-administrativa do Estado.
 - 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.
- 5 Poder executivo.
 - 5.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.
- 6 Poder legislativo. 6.1 Estrutura. 6.2 Funcionamento e atribuições.
 - 6.3 Processo legislativo.
 - 6.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
 - 6.5 Comissões parlamentares de inquérito.
- 7 Poder judiciário. 7.1 Disposições gerais. 7.2 Órgãos do poder judiciário.
- 8 Funções essenciais à justiça.
 - 8.1 Ministério Público.
 - 8.2 Advocacia Pública. 8.3 Defensoria Pública.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

CONTABILIDADE GERAL

- 1 Lei nº 6.404/1976 suas alterações e legislação complementar.
- 2 Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
- 3 Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária e pelos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
 - 3.1 Demonstração dos fluxos de caixa (métodos direto e indireto).
 - 3.2 Balanço patrimonial.

- 3.3 Demonstração do resultado do exercício.
- 3.4 Demonstração do valor adicionado.
- 3.5 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- 3.6 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- 3.7 Demonstração do Resultado Abrangente.
- 3.8 Notas Explicativas.
- 4 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.
- 5 Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa: conteúdo, classificação e critérios de avaliação.
- 6 Contas a receber. 6.1 Conceito, conteúdo e critérios contábeis.
- 7 Estoques. 7.1 Conceito, conteúdo e classificação. 7.2 Critérios de avaliação de estoques.
- 8 Despesas antecipadas. 8.1 Conceito, conteúdo, classificação e critérios de avaliação.
- 9 Realizável a longo prazo (não circulante). 9.1 Conceito e classificação. 9.2 Ajuste a valor presente. 9.3 Cálculo e contabilização de contas ativas e passivas.
- 10 Instrumentos financeiros: aspectos conceituais, reconhecimento, mensuração e evidenciação. 10.1 Recuperabilidade de instrumentos financeiros. 10.2 Contabilidade de hedge.
- 11 Mensuração do valor justo. 11.1 Definição de valor justo. 11.2 Valor justo. 11.2.1 Aplicação para ativos, passivos e instrumentos patrimoniais. 11.3 Técnicas de avaliação do valor justo.
- 12 Propriedades para Investimento. 12.1 Conceito, reconhecimento, mensuração e apresentação.
- 13 Contabilização de investimentos em coligadas e controladas. 13.1 Goodwill.
- 14 Ativo Imobilizado. 14.1 Conceituação, classificação e conteúdos das contas. 14.2 Critérios de avaliação e mensuração do ativo imobilizado. 14.3 Depreciação, exaustão e amortização.
- 15 Ativos intangíveis. 15.1 Aspectos conceituais, definição, reconhecimento e mensuração. 15.2 Goodwill.
- 16 Redução ao valor recuperável de ativos. 16.1 Definições, identificação, reconhecimento, mensuração e divulgação.

- 17 Passivo exigível. 17.1 Conceitos gerais, avaliação, reconhecimento, mensuração e conteúdo do passivo.
- 18 Fornecedores, obrigações fiscais e outras obrigações.
- 19 Empréstimos e financiamentos, debêntures e outros títulos de dívida.
- 20 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.
- 21 Patrimônio Líquido. 21.1 Capital Social. 21.2 Reservas de capital. 21.3 Ajustes de avaliação patrimonial. 21.4 Reservas de lucros. 21.5 Ações em tesouraria. 21.6 Prejuízos acumulados. 21.7 Dividendos. 21.8 Juros sobre o Capital Próprio.
- 22 Arrendamento Mercantil. 22.1 Conceito, contabilização, reconhecimento, mensuração e apresentação. 22.2 Transação de venda e leaseback.
- 23 Combinação de negócios, fusão, incorporação e cisão.
- 24 Concessões. 24.1 Reconhecimento, mensuração e divulgação.
- 25 Políticas contábeis, mudança de estimativas, retificação de erros e eventos subsequentes.
- 26 Receitas de vendas de produtos e serviços. 26.1 Conceitos e mensuração da receita e o momento de seu reconhecimento. 26.2 Deduções das vendas.
- 27 Custo das mercadorias e dos produtos vendidos e dos serviços prestados.
- 27.1 Custeio real por absorção. 27.2 Custeio direto (ou custeio variável).
- 27.3 Custo-padrão. 27.4 Custeio baseado em atividades. 27.5 RKW.
- 27.6 Custos para tomada de decisões.
- 27.7 Sistemas de custos e informações gerenciais.
- 27.8 Estudo da relação custo versus volume versus lucro.
- 28 Despesas e outros resultados das operações continuadas.
- 29 Transações entre partes relacionadas.
- 30 Consolidação das demonstrações contábeis e demonstrações separadas.
- 31 Correção integral das demonstrações contábeis.
- 32 Análise econômico-financeira.
- 32.1 Indicadores de liquidez.
- 32.2 Indicadores de rentabilidade.
- 32.3 Indicadores de lucratividade.
- 32.4 Indicadores de endividamento.
- 32.5 Indicadores de estrutura de capitais.
- 32.6 Análise vertical e horizontal.

CONTABILIDADE PÚBLICA

- 1 Sistema de Contabilidade Federal. 2 Conceituação, objeto e campo de aplicação.
- 3 Composição do Patrimônio Público. 3.1 Patrimônio Público. 3.2 Ativo. 3.3 Passivo. 3.4 Saldo Patrimonial.
- 4 Variações Patrimoniais. 4.1 Qualitativas. 4.2 Quantitativas: receita e despesa sob o enfoque patrimonial. 4.3 Realização da variação patrimonial. 4.4 Resultado patrimonial.
- 5 Mensuração de ativos. 5.1 Ativo Imobilizado. 5.2 Ativo Intangível. 5.3 Reavaliação e redução ao valor recuperável. 5.4 Depreciação, amortização e exaustão.
- 6 Mensuração de passivos. 6.1 Provisões. 6.2 Passivos Contingentes.
- 7 Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições.
- 8 Sistema de custos. 8.1 Aspectos legais do sistema de custos. 8.2 Ambiente da informação de custos. 8.3 Características da informação de custos. 8.4 Terminologia de custos.
- 9 Plano de contas aplicado ao setor público.
- 10 Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. 10.1 Balanço orçamentário. 10.2 Balanço Financeiro. 10.3 Demonstração das variações patrimoniais. 10.4 Balanço patrimonial. 10.5 Demonstração de fluxos de caixa. 10.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. 10.7 Notas explicativas às demonstrações contábeis. 10.8 Consolidação das demonstrações contábeis.
- 11 Transações no setor público.
- 12 Despesa pública: conceito, etapas, estágios e categorias econômicas.
- 13 Receita pública: conceito, etapas, estágios e categorias econômicas.
- 14 Execução orçamentária e financeira.
- 15 Conta Única do Tesouro Nacional.
- 16 Sistema Integrado de Administração Financeira: conceitos básicos, objetivos, características, instrumentos de segurança e principais documentos de entrada.
- 17 Suprimento de Fundos.

18 Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016.

19 MCASP 8ª edição.

20 Regime contábil.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO

1 Orçamento público. 1.1 Conceito.

1.2 Técnicas orçamentárias.

1.3 Princípios orçamentários.

1.4 Ciclo orçamentário.

1.5 Processo orçamentário.

2 O orçamento público no Brasil.

2.1 Sistema de planejamento e de orçamento federal.

2.2 Plano plurianual.

2.3 Diretrizes orçamentárias.

2.4 Orçamento anual.

2.5 Sistema e processo de orçamentação.

2.6 Classificações orçamentárias.

2.7 Estrutura programática.

2.8 Créditos ordinários e adicionais.

3 Programação e execução orçamentária e financeira.

3.1 Descentralização orçamentária e financeira.

3.2 Acompanhamento da execução.

3.3 Sistemas de informações.

3.4 Alterações orçamentárias.

4 Receita pública. 4.1 Conceito e classificações. 4.2 Estágios. 4.3 Fontes. 4.4 Dívida ativa.

5 Despesa pública. 5.1 Conceito e classificações. 5.2 Estágios. 5.3 Restos a pagar. 5.4 Despesas de exercícios anteriores.

5.5 Dívida flutuante e fundada. 5.6 Suprimento de fundos.

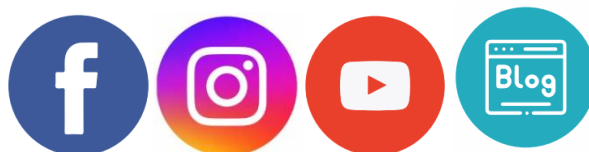
6 Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal).

7 Lei nº 4.320/1964 e suas alterações.

8 Transferências voluntárias.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!